



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
29/07/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 9:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 28/07/2016, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 28 a 31 de julho de 2016, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 27/07/2016, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por estar fora do concelho, na presente reunião será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do + Concelho, Senhora D. Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO - P.A. N.º 15/2016 – AP/DISU – “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES. MINUTA DO CONTRATO. RECLAMAÇÃO. DEFERIMENTO.

PONTO ÚNICO - P.A. N.º 15/2016 – AP/DISU – “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 54 MESES. MINUTA DO CONTRATO. RECLAMAÇÃO. DEFERIMENTO.

454 - Por deliberação camarária, de 15 de julho de 2016, foi aprovada a minuta do contrato a celebrar no âmbito do procedimento identificado em epígrafe.

A minuta do contrato foi notificada ao adjudicatário no dia 19 de julho, dispondo este de cinco dias para apresentar reclamações sobre o seu conteúdo.

Presente reclamação apresentada pelo adjudicatário, em 26 de julho corrente, pela qual requer que a cláusula 2.ª da minuta do contrato incorpore menção ao facto de, no caso de concessão do visto pelo Tribunal de Contas ocorrer após a data prevista de início do contrato (29 de agosto), o contrato se iniciar no dia seguinte ao da notificação da concessão do visto.

A alteração requerida decorre de um efeito direto e de aplicação imediata da Lei n.º 98/97, de 16 de agosto, que impede a produção de efeitos físicos e financeiros de contratos a partir de um certo valor antes da concessão do visto, o que não depende de previsão contratual nesse sentido.

No entanto, nada impede que o contrato preveja especificamente essa hipótese, pelo que se procede à alteração da cláusula segunda.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 102.º, do Código dos Contratos Públicos, delibera alterar a cláusula 2.ª, da minuta do contrato, aprovada por deliberação camarária, de 15 de julho de 2016, nos seguintes termos:

“Cláusula 2.ª

- a) A prestação de serviços tem início em vinte e nove de agosto de dois mil e dezasseis ou no dia seguinte ao da notificação ao cocontratante da concessão de visto pelo Tribunal de Contas, se esta ocorrer em data posterior.**
- b) O contrato vigora pelo período de cinquenta e quatro meses, a contar da data de início da prestação de serviços.**
- c) O início efetivo da prestação de serviços depende de prévia notificação ao cocontratante da concessão de visto pelo Tribunal de Contas.”**

Em consequência, a Câmara Municipal aprova a redação final da minuta do contrato a celebrar, que se dá por integralmente reproduzida (Anexo 1).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
29/07/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 20

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

455 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 09.45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, Técnica Superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião